



Câmara Municipal

ATA N.º 12/XIII/2022Reunião Pública de 15/06/2022

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Carlos Edgar Rodrigues Albino e com a presença dos Srs. Vereadores Rui Manuel Marques Garcia, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Daniela Jorge Pinheiro Casimiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

| 1. | CONTRATO-PROGRAMA 2022 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO | . 12 |
|----|--|------|
| | REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM - 09 A 18 DE SETEMBRO 2022 | |
| 3. | PROPOSTA DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL, PICADEIRO MUNICIPAL DA MOITA | 14 |

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Isabel Fernandes - Apresentou as suas questões em lista para ser rápido e claro:

- questionou como está a situação do veterinário; - quando é que irão colocar lombas na Rua da Bem-Fadada, em Alhos Vedros, porque voltou a haver um acidente; - quando é que começa, novamente, a feira das tralhas para se poder ajudar os animais com a venda das velharias; sobre o que aconteceu nas largadas de touros, na Feira de Maio questionou quantas mais pessoas têm que morrer para que se acabe com as largadas.

Sra. Isabel Bernardo – Informou que adquiriu, juntamente com o esposo, uma casa no dia 5 de abril de 2022, no Concelho da Moita, nunca pensaram vir morar para a Moita, mas gostam do sítio, em Sarilhos Pequenos, no entanto, surgiu um pequeno problema, no dia 9 vieram à Câmara Municipal solicitar a instalação do contador da água para poderem ter água, e começar a fazer alguns melhoramentos na casa, uma vez que a mesma é bastante antiga. Esta instalação não pode ser feita porque as ligações eram muito velhas, por isso substituíram as mesmas a fim de poder ser instalado o contador, o mesmo foi colocado, mas não têm a ligação da água até à data corrente.

Já tentaram, por diversas vezes, contactar os serviços técnicos, sendo que é difícil conseguir falar com alguém da Câmara, mas das poucas vezes que conseguiram, foi-lhes, sempre, dito que iriam na semana a seguir, mas continuam a aguardar. Precisam habitar a casa e não têm essa possibilidade por causa de uma ligação de ramal que tem de ser feita pelos serviços da Câmara.

Espera que se possa resolver esta situação, com a maior brevidade, pois tem três filhos e precisam mesmo de habitar a casa.

Sr. Pedro Santos – Manifestou o seu descontentamento sobre a falta de corte de ervas secas, na Rua Tristão da Cunha, em Alhos Vedros, explicando que reside com uma senhora idosa, de 69 anos, que é a sua avó, e como a senhora tem muitos problemas de saúde desde maio de 2021 que está a viver com ela.

Disse que se tem ocupado do jardim e das ervas da sua casa, que a casa tem problemas de amianto o que é prejudicial para a saúde, e que houve um incêndio na sexta-feira anterior devido ao arremesso de uma beata acesa e que conseguiu ajudar por ter água do poço para apagar. Já fez queixa desta situação, anteriormente, junto dos serviços, mas desde maio de 2021 nunca lhe deram resposta, pedindo ajuda para que alguém possa auxiliar com esta situação. Explicou que a avó não se pode vir queixar devido aos problemas de saúde e, por isso, veio em sua representação. Gostaria de ver mais proatividade por parte dos funcionários, por vezes tem de chamar a atenção porque tiram apenas as ervas do passeio, e o restante fica por cortar.

Sr. João Pires – Informou que o assunto que trazia a esta reunião, não seria propriamente um assunto da ordem do dia, mas como "deu a sua cara" ao povo da Freguesia da Moita (do Concelho, mas especialmente da Freguesia), tem a obrigação de, junto do poder, ajudar a solucionar os problemas que fazem parte daquilo que entende que são preocupações com conteúdo. Coisas que nos feriram gravemente e que carecem de atenção para se minimizarem ou tentarem resolver, nomeadamente, no que se refere ao nó ferroviário da A33 para a Moita, qualquer cidadão desta Freguesia e do Concelho que queira transitar a pé, da Moita para o Penteado, ou para o lado de Palmela, nas zonas da Moita que confinam com Palmela, na zona sul, irão verificar que é absolutamente impossível, só o poderão fazer com muito cuidado para não serem atropelados.

Acrescentou que sabe que este assunto já foi exposto por homens corajosos e frontais, como António Abreu, o Sr. Raposo e o Sr. Cabrita que pertenciam à comissão de moradores do Penteado, grandes lutadores, que deram o seu melhor e que não conseguiram motivar o poder municipal à altura, que pensa que tem muito a ver com o erro que foi cometido naquele nó porque é muito fácil de dizer que





"isto não é nada connosco, isto é das estradas de Portugal", mas pensa que os dirigentes e os eleitos pelo povo para esta Câmara Municipal, não podem, nunca, aceitar este tipo de teoria porque, apesar de existirem vários poderes dentro do poder, o poder local tem instrumentos e neste caso não foram utilizados, pensando até que poderão ter sido coniventes, porque observando os "Modelos" o "Continente" e observa-se o Parque Industrial, as bombas de gasolina, e observamos que, de facto, aquilo não é um nó, e se o for é um nó górdio, daqueles que não se conseguem desfazer. Afirmou que qualquer pessoa que observe as gincanas que se fazem naquele local fica perplexo, e pensa se não haveria outra solução porque quem sai da autoestrada vindo do lado de Coina, encontra uma ligação perigosíssima com a junção de quem vem do Penteado e de Palmela, depois a seguir a entrada para ir, novamente para a A33 também é igualmente perigosa.

Entende que a ideia de quem fez aquilo seja que as pessoas já não andam a pé, e, efetivamente não podem andar a pé porque todo o Penteado e toda aquela zona foi segregada porque é a linha ferroviária, taparam pontes ferroviárias onde, ainda, era possível passar por baixo para o lado sul e já não é possível, ou seja, a cidadania e os novos conceitos de mobilidade e das pessoas andarem a pé para não utilizarem só os meios automóveis, já não contam, só contam para enfeitar papeis de política.

Disse não ter lido nada no programa do Partido Socialista que levantasse essa questão, daí, dizer ao Sr. Presidente sobre esta situação, pois não sabe se o mesmo está sensibilizado, assim, nem sequer vem pedir resolução do problema, vem-lhe dizer para observar a pertinência do que se fez, que é um erro enorme e daí entender que se deve encontrar uma solução.

Referiu que a REFER fez alterações abrindo túneis e fazendo passagens, que são autênticas montanhas-russas sobre a linha férrea, para uma terra da proporção do Penteado, cujo a Câmara promoveu urbanizações, em termos de legalização, de possíveis construções, ora é contraditório porque estão a fazer um aumento da malha urbana, e depois têm pontes de passagem sem nexo, pedindo, que fosse dada muito mais atenção a este assunto, porque entende que este constrangimento não está correto e não deveria continuar a existir, logo, alguém procedeu muito mal, alguém esteve a dormir a forma, e alguém agora tem que tentar por esse assunto na ordem do dia.

Sr. Presidente – Disse que iria começar por dar resposta ao último tema, passando posteriormente a palavra aos vereadores titulares dos pelouros, uma vez que são eles que terão mais informação para esclarecer as matérias.

Referiu que, relativamente às questões da mobilidade do nó de ligação à A33, compreende e acredita que nem todos tenham acompanhado o trabalho recente que o Partido Socialista tem vindo a desenvolver, no entanto, os autarcas socialistas sempre defenderam duas coisas, a primeira é a requalificação do nó porque acreditam que aquele nó, como existe hoje, não serve os interesses da população. Entendem que não estão sozinhos na forma de ver esta questão porque, o nó que atualmente existe, precisa de ser requalificado, no sentido de servir melhor os interesses das pessoas do Concelho da Moita, permitindo melhores acessos, melhores ligações, para que não existam conflitos de tráfego, dando como exemplo que não deveria ser necessário vir à "rotunda das gaivotas", para voltar para o Penteado, entende que não faz sentido que o nó tenha aquele tipo de configuração.

Afirmou que tem estado, junto das entidades competentes, e têm sensibilizado os mesmos para essa necessidade, não só para a requalificação do nó existente, mas também defendem que é necessário um novo nó de ligação à Moita que permita ligar, diretamente, a uma circular exterior que dê, à partida, acesso direto às áreas industriais, permitindo tirar um grande trafego da zona urbana, permitindo que esse mesmo trafego circule pelas periferias e disponibilizando, assim, um acesso privilegiado à autoestrada, o que melhoraria, também, a capacidade de resposta do tecido empresarial e a competitividade dos centros industriais, e é essa a nossa visão.

Disse, ainda, que ao longo dos tempos têm vindo a contactar com as diferentes entidades, a fim de lhes fazerem sentir isso mesmo, dando como exemplo, quando recentemente, durante a alteração que está em curso na A33, fruto do aumento do trafego, a concessionária daquela rede viária se vê obrigada a aumentar uma faixa em cada sentido, eliminando o separador central e no que diz respeito ao acesso à Moita, essa mesma estrada passará a ter duas faixas em cada sentido. Tiveram a oportunidade de





dizer em tempo oportuno que essa solução não lhes serve, e o que gostariam, efetivamente, é que passe a constar do plano de investimentos das infraestruturas de Portugal a requalificação, primeiro, do nó atual da Moita, e que se faça um novo nó e é para isso que têm estado a insistir, junto das diferentes entidades, esperando que assim que exista oportunidade, as propostas possam ter bom acolhimento.

Sobre o assunto colocado pelo Sr. Pedro Santos, respondeu que iria passar a palavra à Sra. Vereadora Sara para responder a essa questão.

Acerca da questão colocada pela Sra. Isabel Bernardo, respondeu que irão tomar nota deste assunto para perceber o que se está a passar relativamente à ligação do ramal, acrescentando que espera não estar a levantar o véu de nada, mas é para isso que têm estado a trabalhar, em breve vai ser lançada uma aplicação para que as pessoas nos possam fazer chegar atempadamente e mais rapidamente as suas questões e preocupações, e para que possam os próprios acompanhar a resolução dessas mesmas situações, esta solução é algo simples e já existente em outros municípios, por isso querem avançar, muito embora reconheça que existe uma grande disponibilidade e as pessoas vão fazendo chegar as questões por mensagens alternativas, mas é necessário que exista um procedimento formal para que as perguntas e respostas possam ser registadas em plataformas corretas e com isso, as pessoas possam ter acesso fácil a comunicar com a Câmara Municipal e seja percetível e fácil aceder às respostas da mesma. Ao longo dos últimos meses tem-se estado a trabalhar nessa vertente, que permitirá que rapidamente seja criado um alerta, e que a pessoa possa acompanhar a situação, até que a mesma se resolva e para o executivo, para diretores de departamento e chefes de divisão, também, é muito importante existir esta aplicação, porque lhes permite fazer um acompanhamento de forma diferente, visual e gráfico, que identifica onde estão as situações e permite analisar e, também, conta o fator de se poder verificar, através de mapas de estatística criados, sobre o tempo de resposta para resolução dos assuntos, acrescentando, que em breve contam lançar uma campanha para divulgar esta informação junto das pessoas, aproximando mais a população do município com uma boa capacidade de resposta.

Relativamente ao assunto do Veterinário informou que a Sra. Vereadora Anabela responderia, no seguimento da reunião e quanto à "Feira das Tralhas" seria respondido pela Sra. Vereadora Sara Silva, no que concerne às lombas informou que irá solicitar aos serviços que vão verificar e avaliar no local. Sobre a questão das Largadas, não quis deixar de responder e por isso irá fazê-lo de uma forma rápida e sucinta, nomeadamente, quando o PS se candidatou ao Concelho da Moita, e ele próprio se candidatou à Câmara Municipal na qualidade de Presidente, sabiam que o Município tinha quatro Freguesias, apesar de teimar em dizer que tem seis, mas quis a reforma administrativa passa-las a quatro, cada uma delas com as suas idiossincrasias, com as suas especificidades, com as suas tradições e com uma cultura muito própria porque as vivências, de freguesia para freguesia, são diferentes, existem zonas mais urbanas, zonas com características mais rurais, zonas de praia, ou seja, o Concelho é todo ele muito diferente, o que é importante e é bom, porque significa que existem muitas oportunidades para aproveitar.

Quando se candidatou, também sabia que o Concelho tinha tradições, tradições essas que assumiu que iria respeitar e assim o fará. Enquanto for legal ser feitas largadas e touradas e isso for encarado como um aspeto cultural, a Câmara Municipal estará cá para apoiar esses eventos culturais como qualquer outro, sendo que as largadas que foram referidas, são da responsabilidade da Comissão de Festas. O Executivo acompanha o trabalho da Comissão de Festas mas, deixa o Conselho Consultivo das mesmas decidir sobre o que se refere a esses assuntos, ou seja, dar indicações dos artistas, tratar do arraial e toda outra panóplia de situações porque, a Câmara Municipal está vocacionada para dar respostas a outro tipo de problemas e situações, mas isso, não quer dizer que sejam indiferentes às situações que acontecem no Concelho como um todo, merecendo, todas elas, a avaliação, ponderação e cuidado por parte do Executivo, tendo em crer que o Conselho Consultivo das Festas que está a avaliar as dinâmicas nas várias vertentes da festa, irá avaliar o que correu bem e o que correu menos bem e o que pode ser avaliado em cada um dos aspetos, seja relativamente a artistas, a espaços de restauração, seja de todos os espaços, porque o que todos pretendem é ter uma festa cada vez melhor





e mais interessante para que mais pessoas possam visitá-la, no entanto, o que não se podem esquecer, é o motivo pelo qual as pessoas vêm às festas, ou seja, as pessoas vêm às festas por um motivo muito especifico, "não vêm à procura de sardinhas que é o que encontram nos santos populares" porque "o Concelho da Moita e as Festas da Moita são conhecidos pela sua ligação tauromáquica", a festa tem essa característica e se isso não for assumido, não se estará a falar das Festas da Moita, mas de outra qualquer. Admite que as pessoas têm o direito de assumir, em liberdade, que não querem este tipo de festas, mas haverá, com certeza, pessoas que deixarão de vir, portanto, "não podemos querer sol na eira e chuva no nabal", tem que se aceitar as coisas como são, quanto ao executivo cabe-lhe trabalhar cada vez mais para que as pessoas se sintam bem, em segurança e tenham conhecimento de todos os aspetos da Festa, para que possam fazer as suas escolhas.

Sra. Vereadora Sara Silva – Sobre a questão da limpeza das vias disse que, existem brigadas de limpeza em todas as Freguesias, e o que aconteceu, muito provavelmente, nestes últimos tempos, foi que, para além de baixas médicas (muitas pela questão do Covid), que reduziu o numero de trabalhadores disponíveis houve, também, a necessidade de direcionar trabalhadores, quase exclusivamente para a feira de maio, e só depois da feira é que foi retomada a atividade do planeamento normal em todas as outras Freguesias, mas está-se a dar resposta e a recuperar o que não foi anteriormente feito, portanto, a qualquer momento, com certeza, irá ser finalizado o trabalho na rua indicada.

Em relação à Feira das Tralhas disse que iria dar indicação aos serviços para informarem em que moldes é que a feira das tralhas poderá acontecer porque, à semelhança daquilo que acontece com a abra a bagageira, a feira das tralhas tem que ter um parecer da Inspeção Geral das Atividades Económicas, não basta querer fazer uma feira na rua, a mesma obriga a que se cumpram determinadas regras, mais informou que, nunca lhe chegou nenhuma proposta que indiciasse essa feira, por isso irá ser dada a indicação para os serviços entrarem em contacto com a munícipe a fim de poderem perceber, desenvolver e darem a informação de quais os procedimentos para que a feira que possa realizar.

Sobre a questão das largadas, pensa que o Sr. Presidente já disse praticamente tudo mas, também, quer dizer que, de facto, a Festa da Moita não vive só da Procissão e do Folclore, vive também da Tauromaquia, portanto, é uma tradição que irão manter, isto porque também têm a noção de que as mortes que, infelizmente, aconteceram nas festas, não foram unicamente por causa das largadas, dando como exemplo o atropelamento de Açucena Patrícia, irmã de Yannick Djaló que, infelizmente, todos lamentam e que nada teve a ver com largadas, por isso salientou que existem outros tipos de perigos que têm a obrigação e devem controlar, e de certa forma haverão também de pensar como irão fazer, em setembro, para minimizar todos estes perigos. Contudo, tiveram todo o cuidado, e diz isto porque acompanhou o Conselho Coordenador de Festas, em divulgar que aquele seria um recinto perigoso, ou seja, havia a informação toda quer no recinto, quer nas redes sociais e em todos os meios de comunicação da Câmara Municipal para o exterior porque quiseram ao máximo certificar-se que essa informação chegava às pessoas, mas, para além de tudo, todos conhecem o recinto e sabem o perigo que correm ao entrarem no recinto das largadas.

Lamentam o sucedido, queriam muito que não tivesse acontecido, como é óbvio, mas não depende do Executivo, o que puderam intervir foi no sentido de se certificarem que tinha sido prontamente socorrido, daquilo que era o acompanhamento médico, através de toda a logística que tinham desenvolvido para aquela feira, em concreto, e com certeza certificar-se-ão que serão igualmente disponibilizados os mesmos recursos aquando as festas de setembro.

Sr. Presidente – Disse que tinha solicitado informação aos serviços (no decorrer da reunião) sobre os procedimentos de deservagem e de herbicidas, informando que a situação apresentada pelo munícipe, Sr. Pedro, já remontava a maio de 2021, mais acrescentou que vai ser iniciado o protocolo de controlo de pragas, ainda no mês de junho, e que para as restantes intervenções os procedimentos demoraram, um pouco mais, em virtude de os mesmos obrigarem a uma consulta prévia, que não teve provimento





porque os valores subiram, abruptamente, em fevereiro devido à crise dos combustíveis, acrescentando que está a decorrer um novo procedimento, sendo que, para situações emergentes em, determinadas, áreas identificadas, serão procedidas a um ajuste direto. Completou dizendo que tal como foi referido pela Sra. Vereadora Sara, houve um conjunto de situações que fez com que houvesse mais uma vaga de Covid, e que agora, estando muitas pessoas a circular já sem mascara, embora o numero da taxa de mortos tenha estado a reduzir, mas as regras de isolamento profilático de 7 dias mantém-se, e isso limita o normal funcionamento dos serviços, por isso quiseram contextualizar a contratação de serviços externos.

Sra. Vereadora Anabela Rosa – Relativamente à questão colocada sobre o Médico Veterinário, no Município da Moita, disse que quando o executivo iniciou as funções, o Médico Veterinário (Técnico Superior da Câmara Municipal), encontrava-se ausente por motivo de doença, o executivo ainda aguardou com alguma expectativa o seu regresso, as suas melhoras e recuperação, entretanto como a sua baixa médica se prolongava, diligenciou-se junto da DGAV, para que nos termos da Lei, fosse designado, em regime de substituição, um veterinário de um concelho limítrofe, tal como a legislação prevê, foi, recentemente, designada uma veterinária municipal, de um concelho limítrofe, que irá assegurar as funções inerentes às necessidades que venham a ocorrer relativamente à presença de uma autoridade sanitária concelhia, entretanto, face às necessidades existentes da presença, no gabinete, de um veterinário, foi também iniciado um procedimento de contratação de prestação de serviços de uma médica veterinária, que está contratada, em regime de avença, e que prestará serviço no Município da Moita, dois dias por semana.

Disse, ainda, que este foi um processo que não foi fácil, ou seja, conseguir uma médica veterinária que pudesse auxiliar nestas funções, mas, de momento já está ao serviço, já foi sinalizada junto da DGAV, e solicitou-se o início de todos os procedimentos para que a mesma possa iniciar a campanha de vacinação antirrábica. Referiu que a Veterinária, também, está a ajudar na aquisição de materiais de captura dos animais e de medicação para equipar o Gabinete Veterinário, e espera-se que quando todos estes procedimentos estiverem concluídos, se possa abrir o Gabinete Veterinário ao público e, com certeza, isso será devidamente divulgado, pelos meios de informação da Câmara Municipal, aos munícipes.

Informou que o Gabinete Veterinário, existe fisicamente, está situado no Matão, contudo, está a ser constituído do zero porque não existia equipa constituída, nem materiais de captura, tal como todos os materiais e produtos necessários ao tratamento dos animais, o espaço já foi dotado com duas arcas frigoríficas para se conseguir acondicionar os restos mortais dos animais de estimação e encaminhálos para incineração foi, também, contratualizada uma empresa porque isso, também, não existia, o que existia era uma arca frigorifica muito velha, quase sem funcionar, cheia de ferrugem e já foi feito um contrato e foram adquiridas duas arcas novas e grandes, portanto, pretende-se abrir este serviço aos munícipes. Entretanto, existe todo um trabalho e todo um processo envolvido porque é necessário o pagamento duma taxa, que está prevista no regulamento das taxas municipais, e para isso tem que ser colocado no local o programa informático financeiro e um ponto multibanco, portanto é todo um processo que está a ser desenvolvido.

Adiantou que, também, foi solicitado a criação de um endereço eletrónico para o Gabinete Veterinário para que possa haver troca de correspondência, e está-se a trabalhar e a contar com o apoio importantíssimo das Associações de Proteção de Animais porque ainda não temos o "Centro de Recolha de Animais Errantes", e têm sido estas que têm dado um inestimável apoio, ou seja, sem elas não se sabe como é que se conseguiria.

Relativamente ao Centro de Recolha oficial, informou que estão a reformular o projeto para lançar o concurso para construção, ainda neste período de junho/ julho, sendo que ainda poderá demorar algum tempo e a construção estima-se entre os 9 e 12 meses, entretanto, até lá, ter-se-á que contar com a colaboração das associações e também com a colaboração dos munícipes no sentido de evitar por todos os motivos e mais alguns, o abandono dos animais e os maus tratos aos animais, e também contam, em termos, de futuro, fazer uma campanha que já está idealizada, de sensibilização contra o





abandono dos animais, apelando que não abandonem os animais e que percebam que ainda não existe o centro, mas que estão a diligenciar que, com a maior rapidez possível seja construído, agora está-se a construir um Gabinete Veterinário do "zero", portanto, é um conjunto de ações relativamente às quais estão muito empenhados, mas leva o seu tempo.

Sr. Presidente – Aproveitando o facto de ter sido referido o Centro de Recolha de Animais Errantes, disse que, como é obvio, quando se decide terminar uma parceria que existia com o Barreiro, isto obriga, rapidamente, a Moita a constituir um conjunto de infraestruturas, infraestruturas essas que no primeiro concurso ficou deserto e que era para a construção de 20 boxes para acolher animais, e que custaria à volta de 650.000,00€.

Quando o executivo tomou posse, olhando para o projeto, o que pediu aos serviços foi para fazerem uma revisão total no projeto, assumindo os desafios que isso iria trazer à Câmara Municipal e a pressão que isso iria trazer na capacidade de resposta da Câmara Municipal, mas para avançar para a construção de 40 boxes, para a recolha de animais, ou seja, o que estava previsto, inicialmente, era a execução de metade do projeto por 650.000,00€, sendo que a construção de todo o projeto seria mais de 1.000.000,00€.

Foi pedido aos Serviços, que fizeram um enorme esforço, e conta-se, em breve, lançar um concurso para que, na construção do novo Centro de Recolha de Animais Errantes na Moita, possam ser feitas as 40 boxes por menos de 750.000,00 €, ou seja, acreditamos que é uma redução substancial, tendo em conta o crescimento dos preços de mercado, e assim, estaremos a resolver um problema na sua globalidade, não estaremos a resolver o problema a meio, porque 20 boxes é a quantidade que a Moita já ocupa na Quinta do Mião e que, por isso, ficariam rapidamente sobrelotados, ou seja, não serviria os interesses do Concelho da Moita, por isso optaram por fazer um compasso de espera e uma revisão do projeto, propondo-se a gastar um pouco mais do previsto inicialmente, mas, avançar para a construção do equipamento como um todo, duplicando a capacidade prevista inicialmente, passando assim às 40 boxes que acreditam que irá defender os interesses das pessoas que têm e que defendem um tratamento justo dos cães e gatos que necessitam ser recolhidos da via pública.

Sr. Vereador Rui Garcia – Disse que queria abordar a questão do nó rodoviário, não deixando uma muito breve palavra relativamente às explicações que foram dadas sobre as dificuldades dos processos de limpeza e de recolha de ervas, as explicações são todas racionais, são todas normais, só assinala que há um ano atrás não era assim, há um ano atrás era tudo incompetência, afinal há razões objetivas para que as coisas não se façam nos prazos em que todos gostavam que elas estivessem no terreno feitas.

Em relação ao serviço veterinário, como é evidente, a Câmara Municipal tem o veterinário há décadas, tem o Gabinete Veterinário, tem os serviços, a partir do momento em que houve a fusão com o Barreiro, naturalmente, algum trabalho, algum serviço e alguma logística foi deslocada para a Quinta do Mião e deixou de estar no Matão, onde sempre esteve, o que não significou, nunca, a interrupção das funções especificas do Veterinário Municipal com a vacinação, por exemplo, e outras como o acompanhamento de situações emergentes, naturalmente, com a separação, como o Sr. Presidente acabou de reconhecer, é preciso reconstituir a logística, e tudo isto se agravou com a ausência por doença do Veterinário que estava em funções, no entanto, aquilo que não é possível dizer-se com verdade, é que não existia nada, porque existia, antes de alguns de nós nascermos, já existia serviço Veterinário na Câmara Municipal da Moita.

Sobre a questão do nó rodoviário, disse que a Câmara Municipal nunca deu o parecer favorável, pelo contrário, àquele nó rodoviário como está. Desde o princípio, e já lá vão 25 anos, ou talvez mais, que os serviços e autarcas do Município sempre se pronunciaram contra aquele nó, inclusive existem desenhos feitos que possivelmente estarão nos arquivos, de propostas alternativas que nunca foram aceites, nem reconhecidas pelas entidades competentes. Ainda, no ano passado, portanto, no anterior mandato, teve uma reunião com a concecionária da A33 e o Instituto de Infraestruturas, que, como sabem, reúne agora a ferrovia e a rodovia nacional, onde vieram apresentar este trabalho que está





agora a iniciar e comunicar que iriam efetuar o alargamento das vias face às condições da concessão, que basicamente dizem que a partir de um determinado numero de veículos em circulação há uma obrigação do concessionário de fazer o alargamento da autoestrada para três faixas, ao que perguntou, na altura, como era com o nó, ao que responderam que o nó não, fariam umas alterações procurando alargar um pouco mais a via, mas que não fariam mais nada, tendo-lhes respondido que isso não servia para nada, isso era só permitir que as pessoas chegassem mais depressa ao engarrafamento, portanto, se existem três faixas, vão chegar mais depressa ao engarrafamento, e vão parar na saída da Moita, como atualmente já o fazem, no entanto, não houve solução nenhuma.

Mais acrescentou que, "até se podia dizer, como disse, que isto era uma questão de negociação nossa, de incapacidade, que nós eramos comunistas e eles eram outra coisa qualquer, mas como se vê, o Sr. Presidente, também, já, hoje, aqui reconheceu que já lhes falou na mesma coisa, porque qualquer pessoa da Moita percebe que aquele nó é mau, já lhes falou da mesma coisa e teve a mesma resposta, portanto, não é uma questão de vontade dos autarcas, não é uma questão de não defendermos e não apresentarmos os problemas e as necessidades da nossa terra, é mesmo uma questão de termos muitas vezes, do outro lado, interlocutores que às vezes parecem surdos, mas eu não acho que o problema seja surdez, o problema é que defendem outros interesses, os interesses deles não são os mesmos das camadas populares, da população, das terras como a Moita, e por isso não estão disponíveis para a resolução dos problemas."

Afirmou que não arriscava muito dizendo que se deve ter feito dezenas de pedidos de autorização às Estradas de Portugal, à Junta Autónoma de Estradas, aos vários organismos e aos vários nomes que se vão sucedendo ao longo destes vinte e tal anos, para uma travessia de peões devidamente assinalada e devidamente sinalizada entre o Carvalhinho e a Zona Comercial, foram todos sempre recusados, acrescentando que o Sr. João Pires tem conhecimento disso, porque acompanhou algumas delas quando era membro da Comissão de Moradores, portanto, não é uma questão de não defendermos, não é uma questão de não propormos, é mesmo porque temos do outro lado quem tem interesses diversos dos autarcas.

Sr. Presidente - Disse querer deixar uma nota, estava a evitar fazê-lo, mas quando se fala de dificuldades, sim sentiram, efetivamente, muitas dificuldades, e sentiu na forma como foi passada a informação, na forma como teve de gerir os processos, na forma de como foram nomeadas certas pessoas para determinadas áreas, nas semanas que mediaram entre a eleição e a tomada de posse, que o obrigou, após a tomada de posse, a efetuar um conjunto de alterações no imediato, sendo certo que, cumprindo a legislação em vigor e todos os prazos, só agora lhe foi possível fazer uma reforma da orgânica, reforma essa que lhe permitiu colocar a Câmara na arquitetura que entende ser a necessária para dar resposta aos problemas, às situações e aos desafios que encontram diariamente, ou seja, até ao momento, tinha um conjunto de dirigentes em determinadas áreas que tinham sido nomeados pelo anterior executivo, que partilhavam e comungavam da visão de desenvolvimento do Concelho do anterior executivo, por isso era muito difícil falar com certas pessoas e explicar-lhes que certas e determinadas situações deveriam ser uma prioridade. Mais disse ser estranho, e também, sentiram dificuldades, que procedimentos normais de contratação de deservagem e de herbicidas, tão comuns em outros anos, este ano tivessem demorado tanto tempo para fazer, sendo que em muitas das áreas as chefias de divisão eram exatamente as mesmas, não foi feita qualquer alteração, por isso não percebe o porquê, de um momento para o outro, aquilo que se fazia todos os anos de forma simples e rápida, neste ano tivesse demorado tanto tempo, sendo que estava tudo cabimentado no orçamento, todas as rúbricas estavam devidamente cabimentadas, no entanto, as coisas demoraram tanto tempo a serem realizadas. Disse não querer tirar, nem que ninguém tire, conclusões precipitadas, mas que é estranho é, e que não é normal, não é.





PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Ivo Pedaço – Disse ter algumas questões em relação ao Concelho, nomeadamente, constata-se existir alguma degradação e falta de manutenção nos passeios uma vez que existem ervas em todo o lado, no entanto, tendo em conta o esclarecimento prestado pela Sra. Vice-Presidente e pelo Sr. Presidente no decurso da reunião, indicando que existem muitos trabalhadores com baixa médica e que irão contratar no exterior, e como sabe que a Câmara Municipal da Moita tem dificuldades financeiras, que o dinheiro já foi atribuído a diversas rúbricas, e que por vezes há falta de dinheiro para certas situações, sugeriu que a poupança dos 86.000.00€, correspondente ao pagamento da quota à Associação de Municípios da Região de Setúbal, possa ser cabimentado para situações de subcontratação de serviços, ou seja, que este dinheiro deveria ser utilizado, não só para o corte de ervas, mas também para a recolha de lixo, uma vez que tem existido várias falhas, também, neste setor, quer a nível da recolha do lixo orgânico, quer a nível da recolha dos recicláveis, sabendo, no entanto, que já houve reuniões do executivo com a Amarsul em que o assunto é a recolha da reciclagem, mas continua a ver em certos sítios algumas dificuldades.

Tendo em conta que a quota, anual, tem o valor de 163 000.00€, entende que esses 86.000.00€ seriam mais bem empregues neste tipo de necessidades pontuais que a Câmara Municipal tem. Acrescentou que gostaria, também, de perguntar se já foram calculados os custos que o Município vai ter com a descentralização da saúde, da educação, entre outros, e isto, porque se vê as notícias e a Câmara Municipal do Porto, por exemplo, apesar de ser um Município maior tendo em conta a dimensão populacional, e com mais custos, estão a fazer o debate no sentido de organizar os mesmos, como tal, gostaria de saber se a Camara Municipal da Moita também tem bem calculado o dinheiro que está previsto ser descentralizado do Estado Central para o Município, e se irá colmatar todas as despesas. Sobre o nó da A33, disse que, na sua opinião, também existe a falta de passadeiras e passeios à volta da rotunda dos pássaros, explicando a dificuldade que as pessoas têm em atravessar do lado do Continente para bomba de gasolina ou mesmo para o Aldi, portanto pensa que os passeios e passadeiras devem ser uma coisa fácil de fazer, apesar de pensar que deve ser a Junta Autónoma de Estradas a fazê-lo, no entanto, na sua opinião, a Autarquia deve avançar porque se esperarem e não forem pró-ativos a fazer alguma coisa "morrem na praia" e pensa que o executivo, se não conseguir negociar deve chegar-se à frente e fazê-lo e depois de se puder pedir contrapartidas às entidades, se não se conseguir fica feito até porque é uma mais valia para o Município e para os utentes das vias. Felicitou a Da Isabel Bernardo e a sua família por terem escolhido a Moita para viver, acrescentando que por si e pela sua equipa tudo irão fazer para melhorar, ainda mais, o Concelho e espera que seja do agrado de todos os que escolham o Concelho para viver.

Sr. Presidente - Respondeu a algumas questões colocadas dizendo que, verificaram que estava prevista fazer-se uma redução de 25% na cota dos 163.748,000€, que são da AMRS, no entanto, também é verdade que, até ao momento, nenhuma proposta lhes foi apresentada relativa à redução desse valor. Estava prevista que a redução fosse feita, ainda, no corrente ano, mas a AMRS ainda não lhes conseguiu fazer chegar nenhuma proposta orçamental, que contemplasse uma redução do valor que a autarquia contribui, anualmente, para esta Associação.





Mais, informou que a proposta de continuidade nesta Associação partiu de um conjunto, alargado, de pressupostos, um dos quais, a redução de 25% na quota que se pagava anualmente, isto porque o dinheiro que era poupado nos contributos que eram enviados para esta entidade pudessem ser colocados ao serviço da população nas mais diversas áreas e nos locais, onde as rúbricas assim o exigissem, fosse da limpeza urbana, deservagem, cultura, fosse naquilo que fosse, serviria para reforçar o orçamento da Câmara, porque é algo que fizeram desde que tomaram posse, visto que não descobriram nenhuma fonte alternativa de rendimento para a Câmara Municipal e o que têm feito em todos os projetos é poupar, para haver dinheiro e verba disponível para investir onde mais falta faz, mas o que é certo é que essa proposta ainda não foi apresentada, e por isso vão continuar a insistir para que ela apareça, se isso não acontecer, serão obrigados a rever a proposta de integração da Câmara Municipal na Associação, acrescentando que isso foi claro desde o primeiro momento, portanto, ou os acordos se cumprem, ou se não se cumprirem, em vez de se poupar os 25%, ir-se-á poupar 100%, e esse dinheiro será utilizado e colocado ao dispor onde está a fazer falta.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que queria colocar algumas questões, nomeadamente, pensa que uma delas já o tinha feito, anteriormente, mas que não se lembra da mesma ter sido respondida, relembrando que faltou a uma reunião, por isso voltou a questionar se já foram atualizados os suplementos de penosidade e insalubridade referentes à nova legislação, pois esta, este ano, aumentou a abrangência dos subsídios e por isso gostaria de saber se já foram implementados e fez, também a pergunta, como o processo anterior tinha que ir às Estruturas Sindicais e, também, à Câmara, dizer se esse processo já foi aplicado porque é que não veio à Câmara, se não foi aplicado se virá à Câmara, e é esta a primeira pergunta.

A segunda pergunta tem a ver com a descentralização de competências, como se sabe a competência nas duas áreas maiores de intervenção - a saúde e a educação – passou, em abril, a ser da competência da Câmara Municipal, todos sabem as reservas que os vereadores da CDU têm em relação a esta descentralização de competências, mas, gostariam de perguntar, embora entenda que é um pouco cedo, iria solicitar que no mês de julho, após o término das aulas, que é quando, já, se pode fazer um balanço, perceber se é possível fazer um levantamento das necessidades reais das escolas e as verbas que são transferidas do poder central para as Câmaras, se o orçamento que está definido chega, e se não chegar, quais as medidas que a Câmara pretende ativar para que isso seja feito.

Pensam que é muito importante que seja feito um acompanhamento, bastante rigoroso, pois estão em crer que, sobretudo as escolas, tendo em conta os protocolos que foram presentes a reunião de Câmara para os agrupamentos, tem mais conhecimento que há uma transferência de competências, também, para os Diretores dos agrupamentos e por isso acham importante fazerem um ponto da situação, em julho, de como está a correr.

Em relação à Saúde, gostariam de perceber se, também, já foram passadas as competências, e se as verbas também estão ajustadas aquilo que são as necessidades reais, até porque sabem que existiam muitas carências, e estas duas áreas foram bastante deficitárias, nos últimos anos e tendo em conta que o valor a passar é sempre relativamente ao ano anterior e não se pode gastar mais, parece-nos que poderá haver problemas orçamentais, mas na verdade, gostariam de confirmar com quem está a acompanhar diretamente essa descentralização.

Disse querer lembrar, o Sr. Presidente, se pode fazer-lhes chegar os projetos da "feira das comunidades educativas" e das "férias a bordo", uma vez que são dois novos projetos, segundo a informação do Sr. Presidente, e se não são a continuação dos outros, gostariam de saber, exatamente, quais são os projetos para poderem estar informados.

Por último, disse que não pode deixar de fazer o comentário que, passados dez meses de governação, acha lamentável, na sua opinião pessoal, que se culpabilizem trabalhadores desta Câmara pelo que não está a ser feito.





Sr. Presidente - Começou por responder sobre as passadeiras, no Carvalhinho, dizendo que as mesmas obrigariam à execução do passeio nas bermas, não existindo, e aquilo sendo uma via principal de acesso ao nó da A33 não permite ter passeios, motivo pelo qual também não permite que existam as passadeiras e pensar-se no atravessamento daquela área, terá que ser, sempre, com outro tipo de solução que garanta a segurança das pessoas que por ali circulam, assim se foi permitindo construir em cima daquele nó rodoviário, o que lhes traz um conjunto alargado de desafios, e agora têm que continuar a trabalhar nas soluções, mas a densidade de construção que foi feita naquele espaço, neste caso, ligado aos serviços e à indústria, não lhes faça perder a noção do que aquele espaço, em si, constitui porque é uma estrada de acesso a um nó e terão que equacionar, num futuro, formas de permitir ali o atravessamento, não será é da forma tradicional, o que irá obrigar a custos adicionais. No que diz respeito às áreas da saúde, e da segurança social, disse que, ao contrário do que acontece com a educação, em que a transferência é feita automaticamente e que os valores já estão todos acertados, e foram conversados, na área da saúde e da segurança social, ainda, existem valores a serem revistos, e até nesta matéria, a entrada em vigor destes diplomas e da transferência de competências foi adiada, além disso, lembrou que para que a mesma ocorra, é necessária a assinatura de um auto de transferência, ou seja, tem que ser proposto e depois entregue assinado pelo executivo, ora, como não foi assinado qualquer auto de transferência de competências, motivo pelo qual não podem exercer competências que, na prática, não são da Câmara. As únicas competências que o Concelho da Moita tem, no âmbito da descentralização, é na área da Educação, competências essas que estão a ser, e bem, acompanhadas pelo Vereador António Carlos Pereira, que tem vindo a acompanhar este dossier e, se houver alguma coisa a dizer sobre esta matéria, no âmbito de que as transferências possam não ser tão generosas quanto aquilo que se gostaria, não deixarão de fazer menção disso, sendo certo que seja do Estado para as Câmaras, ou das Câmaras para as outras entidades, disse que "aquilo que nos oferecem, para quem dá é sempre muito, para quem recebe é sempre pouco", portanto, cabe ao executivo defender os interesses do Concelho e pedir tanto, quanto aquilo que achem necessário, e que faz falta, sendo certo que do outro lado têm que responder a um conjunto alargado de necessidades, e darão de acordo com aquilo que acharem que conseguem dar, mas vai-se tentando, dentro dos possíveis, chegar a um encontro de vontades, tendo em conta que todos servem a população e acredita que todos querem o melhor para a mesma.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Esclareceu que tem nota de ter vindo à reunião de Câmara, o adiamento da receção da descentralização de competências da Ação Social, mas da Saúde não tem essa noção e por isso questionou se foi adiada, administrativamente, porque a legislação dizia 30 de março, por isso perguntou para quando estaria prevista.

Sra. Vereadora Anabela Rosa – Informou que relativamente à questão da transferência da área da Saúde, já reuniram com a comissão da transferência de competências da mesma, já solicitaram todo um conjunto de documentos, como de prestação de serviços, toda a documentação referente aos edifícios para poderem fazer as visitas, e estão alguns documentos em falta, e o que acontece, como foi dito, é que é necessário a assinatura de um auto de transferência, e que tenham conhecimento não existe data limite, portanto, está-se a aguardar, e vão iniciar e insistir, novamente, para que lhes seja remetida a documentação, mas, de facto, não lhes foi dada informação nenhuma quanto à data limite, portanto, a transferência não era ope legis como acontecia com a educação, e relativamente à ação social, saiu um despacho em que havia a prorrogação do prazo, relativamente à área da saúde isso não aconteceu.





PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador António Carlos Pereira.

1. CONTRATO-PROGRAMA 2022 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO

"A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente

A Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais Reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

- 1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção de desenvolvimento.
- 2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33° da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.
- 3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e comparticipações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23°, n°2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33°, n°1, alínea o), p) e u) da Lei n.°75/2013 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social entre o Município da Moita e as seguintes entidades:

- Associação de Dadores e Sangue da Baixa da Banheira
- Associação de Mulheres com Patologia Mamária
- O Norte Associação de Reformados e Idosos da Zona Norte
- Centro de Convívio de Reformados do Gaio-Rosário
- CERCIMB Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro
- Centro de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira
- Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros
- PERSONA, Associação para a Promoção e Saúde Mental





- NÓS Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente
- Centro Paroquial de Ação Social da Moita
- Centro Social e Paroquial São Lourenço de Alhos Vedros
- Fundação Santa Rafaela Maria
- Grupo de Dadores Benévolos de Sangue da Moita
- Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira

A comparticipação considerada tem cabimento na rubrica 232.8/03.04.07.01.02.99 - Apoio a Instituições de Solidariedade Social - Transferências correntes/Instituições sem fins lucrativos/outras no valor 50.250,00€ (cinquenta mil, duzentos e cinquenta euros), na rubrica 232.16/03.06.02.03.05.09 Projetos Sociais em Parceria no valor de 8.314,00€ (cito mil, trezentos e catorze euros) e na rubrica 251.17 / 03.04.07.01.02.99 - Apoios a Associações Culturais e Desportivas, 2.250,00€ (dois mil, duzentos e cinquenta euros)."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo a seguinte intervenção.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Relativamente a esta matéria, disse que os vereadores da CDU, naturalmente, votariam a favor, mas parece-lhe o momento oportuno para valorizarem o trabalho que estas Associações, de cariz social, quase todas IPSS, desenvolvem no Concelho em prol das populações, IPSS que muitas vezes não são muito bem tratadas e têm muitas restrições, e encontram nestes pequenos apoios, porque da parte da Câmara é que pode ser dado, mas são sempre pequenos apoios para eles, mas que são extremamente importantes para poderem prosseguir o seu trabalho meritório no Concelho.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sra. Vereadora Sara Silva.

2. REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM - 09 A 18 DE SETEMBRO DE 2022

"As Festas em Honra da Nossa Senhora da Boa Viagem assumem-se como o evento festivo de maior relevância e tradição no concelho da Moita. Expressão duma vivência democrática e duma afirmação cultural e económica que, há muito, ultrapassa os limites geográficos do nosso Concelho, tem significado, importância e agenda nas gentes e nas atividades do nosso País.

A mesma alia as vertentes da tradição cultural e religiosa. A Procissão, a Festa Brava e as Largadas, a Tarde do Fogareiro, a celebração do Dia do Município e as distinções a atribuir a entidades e personalidades, os eventos desportivos e a realização de vários espetáculos e o espaço de feira são as principais referências.

Assim sendo, nas Festas da Moita têm lugar atividades muito diversas, que não se reconduzem apenas ao exercício da atividade comercial.



De facto, visa-se essencialmente com tal evento, o apoio ao desenvolvimento local mediante a promoção e desenvolvimento de atividades artesanais e manifestações etnográficas de interesse local, bem como a promoção e divulgação dos valores concelhios e o desenvolvimento de iniciativas de cariz cultural que possibilitem a mostra das potencialmente do Município e da região onde se insere, os traços característicos de história e cultura do concelho, bem como a recreação pública.

Acessoriamente, participam igualmente neste evento, agentes que exercem atividades de cariz económico.

Mostra-se necessário que o Município realize o enquadramento legal e disciplina do evento.

Assim, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- 1. Aprovar a realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem nas condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante.
- 2. Conferir, ao abrigo dos artigos 44° e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, ao Exmo. Senhor Presidente Carlos Edgar Rodrigues Albino, as competências previstas nos números 16.1, 16.2, 18.6, 20.5, 21.1, 23.2, 28.3, 30.1 e 32 que constam das condições anexas à presente proposta."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

3. PROPOSTA DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL, PICADEIRO MUNICIPAL DA MOITA.

Retirada da ordem do dia.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e dez minutos. E eu, Paula Graça, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (MP3), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Cally Esjan Rodgines Allico

A COORDENADORA TÉCNICA

moito